

*Ata da 61ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 11 de dezembro de 2014.*

Presidência do Senhor Deputado Álvaro Gomes, *ad hoc*. À hora marcada, o Sr. Presidente e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial em **comemoração ao Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social e onze anos de fundação do Instituto de Estudo e Ação pela Paz com Justiça Social (IAPAZ)**. Na sequência, convidou para compor a Mesa dos trabalhos os Senhores: Agnaldo Pereira, Diretor Executivo do IAPAZ; Deputada Fátima Nunes; Deputado Aderbal Caldas; Rita Cebadelhe, Coordenadora Geral da Frente de Luta Popular (FLP); Verena Souto, Segunda Tesoureira do IAPAZ; Lucimara Cruz, Secretária do IAPAZ; Nei Sá, Diretor Executivo do IAPAZ; Helber Pacheco, representante da Secretaria do Trabalho Emprego e Renda (SETRE). Após a execução do Hino Nacional, o Presidente, afirmando que o conceito de paz apenas fará sentido se houver a justiça social e que este é um conceito universal, lembrou a Lei nº 9.202, de 29.07.04, que instituiu no Estado da Bahia o Dia da Cultura da Paz com Justiça Social, definindo o objetivo de fomentar a cultura da paz, pois o alcance efetivo só será possível por meio da justiça social. Afirmou que o dia 10 de dezembro não foi escolhido aleatoriamente como “Dia Estadual da Paz”, houve, propositadamente, a coincidência com 10/12/1948, Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Organização das Nações Unidas (ONU). Comentou sobre as estatísticas referentes à violência no Brasil, com especial atenção aos fatos ocorridos na Bahia, ponderando que os “assassinatos são praticados pelas questões econômicas”, e que este fato credencia as ações que amenizam as desigualdades sociais a serem as políticas mais efetivas para a pacificação da malha social. Declarou-se contrário à ideia de: construção de mais presídios, contratação de mais policiais, pena de morte e diminuição da maioria penal. Informou que embora necessários, “os presídios e os policiais” são, em verdade, “promotores de mais violência” por prenderem e abrigarem negros, na esmagadora maioria. Lembrou que na década passada houve uma evasão de divisas da Petrobras, da ordem de um trilhão de reais e os comparou com os desvios praticados hoje, julgando-os menores. Afirmou que os índices de corrupção dos dias atuais são de apenas 0,5 pontos percentuais, e que a duas décadas atrás era de 5 pontos percentuais. Conclamou a todos a construir mais universidades, postos de trabalhos e hospitais para que se consiga a pacificação social, fugindo do individualismo. Considerou a mídia perversa, por cometer “um crime” ao expor cidadãos à apreciação pública, quando deveria apenas “divulgar as coisas boas”, para disseminar a paz e a igualdade social. Informou sobre a criação do IAPAZ em 2003. Finalizou registrando que a missão de parlamentar se

encerra de forma especial, confraternizando com todos o Dia da Paz com Justiça Social e relatando algumas das ações realizadas neste Poder. A Senhora Lucimara Cruz lembrando o surgimento do IAPAZ, disse que a determinação foi o balizamento das ações do Instituto ao longo dos anos e que o “protagonismo popular” foi a crença primeira da entidade. Afirmou que “vivemos numa guerra” não declarada e que a idade das vítimas da polícia vem caindo, logo, a diminuição da maioridade penal, na prática, já se estabeleceu. Indignou-se ao afirmar que o “filho do rico” com drogas merece tratamento, já o “filho do povo” é envolvido com drogas, assim considerados. Conclamou a todos para observar a votação do Projeto de Lei 4471/2012, que acaba com o Auto de Resistência (RESISTÊNCIA Seguida de Morte) para que haja sempre uma investigação das mortes praticadas por policiais. Rebelou-se contra os conceitos estabelecidos para a conduta das mulheres, rejeitando a repetição dos discursos dos opressores, que tentam colocar as mulheres culpadas dos próprios sofrimentos. Finalizou dizendo-se triste por constatar, via pesquisas realizadas, que a população “se comove menos com a morte dos negros do que com a morte dos brancos”. O Deputado Aderbal Caldas declarou preocupação sobre a banalização dos crimes comuns, afirmando que a população está “se acostumando com os crimes”. Considerou que a falta de penas inibitivas, a morosidade da justiça e a falta de efetiva investigação, levam ao aumento dos casos de crimes das mais variadas modalidades. Afirmou que a Justiça no Brasil é condescendente com o criminoso e injusta com o cidadão de bem, acrescentando que não considera os crimes cometidos contra os “irmãos de cor negra” crimes de racismo, mas crimes de motivação econômicas, por ser o negro o extrato mais fragilizado economicamente no Estado Brasileiro. Finalizou solicitando a reforma do Código Penal Brasileiro. A Deputada Fátima Nunes, afirmando que a população tem direito a uma política de paz e justiça, disse que este direito é “torpedeado” e negado à população. Alertou a todos para o exercício do voto consciente para que “guerreiros da paz” não fiquem fora do parlamento. Relembrou fatos históricos relativos à colonização do País pelos negros e índios, falando das mazelas imputadas a estes povos. Encerrou a fala afirmando que é preciso construir mais escolas, postos de trabalho e criar as condições, dentro das famílias, para a cultura da paz. A Senhora Rita Cebadelhe considerou que, para as mulheres, a paz não é um sentimento abstrato, é algo concreto. Observou que a luta pela moradia é a busca da igualdade, e que a sociedade é desigual, onde os pobres não possuem quase nada. Terminou a fala, afirmando estar ao lado da ética, do Governo Wagner e Dilma. O Senhor Agnaldo Pereira, alertando que a maioria dos presentes são mulheres, afirmou que este fato evidencia que a condição da maternidade possibilita maior sensibilidade para as causas de paz e da justiça social. Afirmou que é preciso derrubar os presídios para que se possa viver em paz. Considerou que a polícia é “um termômetro social” que “só mata pretos e pobres”. Conclamou todos a fazer a revolução cultural, trazendo o povo para as escolas, combatendo assim o tráfico de drogas. O Senhor Ney Sá, falando do IAPAZ, disse que a entidade se relaciona com a sociedade “viva”, com o enfrentamento da violência e da desigualdade social, utilizando o estudo e a ação

como bases organizacionais. O Senhor Helber Pacheco, lembrando a promulgação da Declaração Universal do Direitos Humanos, falou que este esforço ainda hoje é desrespeitado e que ações como esta Sessão contribuem para manter vivos os ideais expressos nos compêndios da ONU. Finalizou a fala enaltecendo a família, pela importância que desempenha no seio social. Após a execução do Hino da Bahia, o Sr. Presidente agradeceu a todos e encerrou a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –